



HORROR NO ORIENTE MÉDIO

Militares destituídos após ataque a comboio

Exército israelense exonera major e coronel da reserva responsabilizados por erro em ofensiva que matou sete voluntários na Faixa de Gaza. Conselho de Direitos Humanos da ONU pede suspensão de venda de armas para governo Netanyahu

O Exército israelense admitiu, ontem, que uma sequência de erros resultou no bombardeio ao comboio da ONG World Central Kitchen (WCK), que matou sete voluntários da missão que levava ajuda humanitária a palestinos na Faixa de Gaza, na última terça-feira. Diante da conclusão das investigações internas, as Forças de Defesa de Israel (FDI) anunciaram a destituição de dois oficiais — um major e um coronel da reserva. Segundo o informe, outros três militares receberam reprimendas em razão do episódio.

No desfecho das investigações, um novo — e raro — pedido de desculpas de Israel, que vem sendo pressionado por aliados, inclusive os Estados Unidos, por não fazer o suficiente para proteger os civis em Gaza em meio à guerra com o grupo terrorista Hamas. Os resultados foram apresentados um dia depois de Washington ter condicionado, pela primeira vez, seu apoio a medidas mais eficazes de defesa de palestinos e integrantes de missões humanitárias.

De acordo com a apuração militar, as tropas cometeram “um erro de apreciação operacional

da situação”, após terem visto um suposto “homem armado do Hamas” disparar do telhado de um dos caminhões do comboio da ONG. O Exército indicou que o inquérito foi entregue ao advogado-geral dos militares, que decidirá se os oficiais ou qualquer outra pessoa envolvida nas mortes devem receber mais punições ou serem processados.

Grande violação

As Forças de Defesa de Israel assinalaram que a decisão de realizar um bombardeio aéreo nos carros dos trabalhadores humanitários foi “executada em grave violação” dos procedimentos das FDI. Enfatizou ainda que considera o ocorrido um “erro grave decorrente de uma falha grave devido a uma identificação errada” de que os veículos transportavam terroristas do Hamas.

Além disso, conforme o apurado, os operadores do drone que estava rastreando o comboio não foram informados do trajeto dos trabalhadores humanitários. Embora os veículos da WCK estejam marcados com o logotipo e o nome da organização em seus tetos, o logotipo não era visível

AFP



Carro do grupo humanitário World Central Kitchen bombardeado: ajuda alimentar interrompida

para as câmeras que rastreavam o veículo à noite, segundo Yoav Har-Even, chefe do mecanismo de apuração e avaliação das FDI. “É uma tragédia”, disse o porta-voz das FDI, o contra-almirante

Daniel Hagari, aos repórteres. “É um evento sério pelo qual somos responsáveis e não deveria ter acontecido e vamos garantir que não aconteça novamente”, acrescentou.

A WCK enfatizou que seu comboio estava em coordenação com oficiais militares israelenses e tinha autorização para percorrer a rota. Na quinta-feira, a ONG, que suspendeu

a atuação no enclave após a tragédia, pediu uma “investigação independente e de terceiros” sobre o ataque.

“Genocídio”

Em Bruxelas, o Conselho de Direitos Humanos da ONU exigiu ontem o fim da venda de armas a Israel, invocando o risco de “genocídio” em Gaza, onde mais de 33 mil palestinos morreram desde outubro na guerra entre o Estado israelense e o Hamas. Foi o primeiro posicionamento dessa instância das Nações Unidas sobre o conflito. O conselho, porém, não dispõe dos meios para que a resolução seja vinculante.

Vinte e oito dos 47 membros do organismo votaram a favor do texto, seis votaram não — entre eles Estados Unidos e Alemanha — e 13 se abstiveram, incluindo França, Índia e Japão. “Um voto sim é um voto para o Hamas”, disse a embaixadora de Israel, Meirav Shahar. “Vocês têm que acordar e encerrar esse genocídio transmitido ao vivo pelas televisões do mundo todo”, rebateu o representante palestino, Ibrahim Mohammad Khraishi.

ESTADOS UNIDOS

Terremoto incomum abala Nova York

Um incomum terremoto de magnitude 4.8 sacudiu, no fim da manhã de ontem, os arredores de Nova York, nos Estados Unidos, provocando leves abalos durante alguns segundos em vários bairros da cidade. Não houve registros de feridos ou danos significativos. Na sede das Nações Unidas, a sessão do Conselho de Segurança sobre Gaza foi interrompida por alguns minutos.

Segundo o Instituto Geofísico

dos Estados Unidos (USGS), o terremoto ocorreu às 10h23 (11h23 no horário de Brasília), sete quilômetros a nordeste de Whitehouse Station, em Nova Jersey, do outro lado do rio Hudson, e a uma profundidade de cinco quilômetros. O ligeiro tremor foi sentido em vários bairros dos distritos de Manhattan e Brooklyn, provocando uma avalanche de mensagens nas redes sociais.

O presidente dos EUA, Joe Biden, foi informado sobre o evento, de acordo com sua porta-voz, Karine Jean-Pierre. “A Casa Branca está em contato com autoridades federais e locais”, assinalou. “ESTOU BEM”, publicou a conta do Empire State Building na rede X. Dominika Uniejewska, gerente de uma loja em Lebanon, Nova Jersey, epicentro do terremoto, foi acordada pelo tremor. “No

início não entendi o que estava acontecendo porque nunca havia vivenciado um terremoto tão forte”, contou.

Os moradores da cidade publicaram fotos de cadeiras de jardim tombadas com uma mensagem irônica: “Vamos reconstruí-la”. Mas as autoridades pediram cautela. “Continuamos a avaliar a situação”, escreveu Fabien Levy, porta-voz do prefeito de Nova York, Eric Adams, na rede X.

Getty Images via AFP



Painel eletrônico anuncia o tremor de magnitude 4.8: sem vítimas

Conexão diplomática



por Silvío Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Fronteira norte vai dar trabalho

Se a eleição presidencial de julho já alimentava preocupações quanto à situação política na Venezuela, o regime bolivariano acaba de criar mais um motivo para dores de cabeça no Planalto e no Itamaraty. O presidente Nicolás Maduro promulgou a lei que determina a anexação do território de Essequibo, província rica em petróleo que corresponde a dois terços da superfície da vizinha Guiana.

A disputa pela região remonta ao período em que a Guiana era colônia britânica, mas cozinhou em banho-maria até a recente descoberta das reservas petrolíferas. Com a exploração do recurso, a economia guianense foi a que mais cresceu, nos últimos anos, na América do Sul.

Para a diplomacia brasileira, a perspectiva de uma escalada, com risco de conflito, reforça o sinal de alerta acionado há alguns anos na fronteira norte, foco de garimpo ilegal, tráfico de drogas e armas, biopirataria e outras ações do crime organizado. Em dezembro passado, o

presidente Lula foi o fiador de um acordo pelo qual Maduro e o colega Irfaam Ali se comprometeram a resolver a pendência sem o recurso às armas.

“Deixa disso”

A primeira linha de intervenção do governo brasileiro tem por objetivo afastar o risco de envolvimento de potências extrarregionais na crise. O Reino Unido, ex-metrópole colonial, já manifestou preocupação com a segurança para a operação de petroleiras britânicas que exploram jazidas em Essequibo. Assim como os EUA, colocou forças em prontidão para a eventualidade de um ataque militar venezuelano.

Mas o governo Lula se apresenta para a turma do “deixa disso” também por interesse próprio e imperativo geográfico. Caso decida enviar tropas a Essequibo, a Venezuela tem como único acesso terrestre a estrada que parte de Boa Vista, em Roraima, e

adentra o território da Guiana. Embora considere uma invasão improvável, até aqui, o Planalto já sinalizou com o reforço de tropas na fronteira, operação que envolve custos e riscos.

Para inglês ver

No plano oficial e formal, a opção do Itamaraty foi inicialmente pelo silêncio sobre o novo movimento de Maduro. Logo nos primeiros meses do novo mandato, Lula fez da reintegração da Venezuela ao concerto sul-americano um dos primeiros movimentos. Desafiou as críticas da oposição e recebeu o colega — e aliado de longa data.

O assessor especial do Planalto, Celso Amorim, que contracenou com Maduro quando ambos eram chanceleres, no primeiro período presidencial de Lula, disse esperar que a promulgação da lei de anexação tenha alcance apenas “simbólico” e não “evolua para algo grave”. O texto,

referendado em 2023 por 90% dos votantes — em plebiscito no qual compareceram 40% dos eleitores habilitados —, cria o Estado de Essequibo e determina que o mapa do país contenha obrigatoriamente o território dentro das fronteiras.

Refilmagem

No cenário eleitoral as atenções da diplomacia brasileira se voltam também para o ingrediente das interferências extrarregionais — no caso, por parte dos EUA. Continua fresca na memória de Lula e Amorim — como do chanceler Mauro Vieira — a crise desatada pela reeleição de Maduro em 2018. O resultado oficial das urnas foi contestado pela oposição, que, com o reconhecimento de Washington e outros aliados, proclamou presidente interino o deputado Juan Guaidó, em janeiro de 2019.

O governo do então presidente Jair Bolsonaro alinhou-se aos países que não reconheceram o mandato de Maduro e congelou as relações bilaterais, com a retirada do pessoal diplomático

brasileiro e a expulsão dos representantes oficiais do governo bolivariano em Brasília. A Colômbia, hoje governada pelo esquerdista Gustavo Petro, chegou na época a fechar a fronteira terrestre com a vizinha e mobilizou tropas para dar retaguarda a uma tentativa — frustrada — de opositores venezuelanos para reingressar no país.

Meio tom acima

Foi de olho na possibilidade de que um quadro semelhante se produza após a eleição de julho que o governo brasileiro subiu o tom de sua intervenção sobre o assunto. Em nota oficial, que recebeu resposta dura de Caracas, o Itamaraty manifestou preocupação com a exclusão de candidatos opositores no pleito.

Também em 2023, o Brasil foi fiador de outro acordo firmado pelo governo bolivariano — este, com a oposição —, selando o compromisso de promover eleições “livres e justas”. Um dos propósitos da iniciativa foi evitar o reforço das sanções econômicas e diplomáticas aplicadas por Washington à Venezuela.